

EDITORIAL

“ESTUDOS DA CRIANÇA” COMO CAMPO INTERDISCIPLINAR DE INVESTIGAÇÃO E CONHECIMENTO

Manuel Sarmento

Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança
sarmento@iec.uminho.pt

Os *Estudos da Criança* constituem um campo interdisciplinar de investigação em pleno desenvolvimento. Designamos por “campo”, seguindo as propostas de P. Bourdieu, o conjunto de posições e proposições que caracterizam uma prática social institucionalizada. Inicialmente constituído nos países do Norte da Europa e no universo linguístico anglo-saxónico, o campo tem-se vindo a estruturar e difundir, expandindo-se por todo o mundo. Os indicadores desta institucionalização estão hoje bem definidos: produção de um conjunto de saberes que reivindicam a sua ligação a este campo de estudos; constituição de revistas internacionais de grande difusão que difundem privilegiadamente os saberes constituídos no campo (destacam-se, entre elas, a *Childhood* e a *Children and Society*); produção de manuais, obras de referência e livros de difusão, que estabelecem o estado da arte e promovem o balanço da produção no campo (destacam-se, entre outros, as obras colectivas organizadas por Kehily (2004) ou Wise (2004), a pequena mas muito útil obra de apresentação de James e James (2008), e, para o espaço de língua portuguesa, a recém-editada obra que organizei juntamente com uma colega brasileira, Sarmento e Gouvea (2008); constituição de unidades orgânicas universitárias de ensino e/ou investigação que assumem expressamente na sua designação “Estudos da Criança” (Child Studies; Childhood Studies ou Early Children’s Studies), movimento este que, iniciando-se nos países escandinavos e prolongando-se, do outro lado do atlântico, nos EUA e no Canadá, tem já expressão em muitas das mais reputadas universidades do Reino Unido, Irlanda, Austrália, Nova Zelândia, Japão, e ainda no Brasil (na Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e em Portugal (na Universidade do Minho); organização de programas de doutoramento e de mestrado no campo e criação de redes internacionais desses programas.



Os artigos que integram o corpo principal desta revista inserem-se decisivamente no interior deste campo interdisciplinar de investigação e conhecimento. Interessa, por isso, considerar as razões desta inscrição – isto é, analisar as razões e condições de pertença ao campo – expor os eixos de desenvolvimento temático que nele se presentificam e interrogar o contributo dos Estudos da Criança para a Educação, em geral, bem como as suas ligações com as Ciências da Educação.

Os artigos da revista assumem os Estudos da Criança como campo de construção do seu conhecimento, na medida em que assumem quatro pressupostos que implicitamente neles são desenvolvidos:

- A colocação da criança como objecto de conhecimento em si mesmo, e a partir de si mesmo. As crianças não são consideradas como destinatários mais ou menos passivos ou activos de acções adultas ou de intervenções institucionais a elas dirigidas – são, de outro modo, consideradas a partir do que fazem, agem, pensam e criam, no quadro das interacções múltiplas que estabelecem com outras crianças e com os adultos, mas na autonomia própria da sua forma de pensar e agir. A *alteridade* da infância é central neste modo de desenvolver investigação com crianças.
- A recusa da redução da criança à dimensão de “ser em transição” para a vida adulta. A criança é considerada no que *é*, mais do que no que *virá a ser* ou a forma como está a *tornar-se* adulto. Os Estudos da Criança não negam o desenvolvimento, mas assumem como pressuposto de que ele é comum a todos os ciclos da vida e, sobretudo, consideram-no no quadro das múltiplas relações sociais (familiares, institucionais, no grupo de pares, com os media, com adultos de referência, no espaço público, com os outros indiferenciados) que as crianças estabelecem. Desse modo, as crianças devem ser consideradas como seres competentes, ainda que vulneráveis e carecendo da protecção adulta.
- A geração é um conceito relevante na análise das crianças. Assim como a criança não é um adulto miniaturizado, os contextos de vida das crianças são pertinentes na análise das suas formas de agir e de pensar. Ora, os contextos de vida são comuns e diversos, ao mesmo tempo, para um determinado grupo etário num momento histórico dado. São comuns porque todas as crianças sofrem as consequências dos processos sociais reguladores das condições etárias de existência: não votam, não podem ser

eleitas, são compelidas à frequência da escola, têm interdições e permissões sociais distintas dos adultos, estão expostas à indústria cultural para crianças, etc. São diversas, porque as condições estruturais da sociedade tendem a desigualizar e estratificar as diferentes categorias sociais a que as crianças também pertencem: a classe social, o género, a etnia, a cultura, a localização geográfica de residência, as diferenças físico-psicológicas.

- A análise das crianças e dos seus mundos de vida exige uma abordagem interdisciplinar que considere em simultâneo, a natureza e a cultura, o indivíduo e o grupo, o corpo e o pensamento, a acção e a sua reflexão.

Ainda que os artigos que a seguir se apresentam sejam maioritariamente oriundos da disciplina de Sociologia da Infância – o que não é de estranhar, se considerarmos o papel decisivo que os novos estudos sociológicos da infância tiveram para a configuração do campo interdisciplinar (cf. Prout, 2005) – eles declinam estas características comuns ao campo: a centralidade da criança na investigação, a alteridade infantil, a dimensão geracional e o carácter interdisciplinar da investigação. Fazem-no, na variedade temática sobre que se debruçam e no conjunto de conceitos, alguns deles chave na configuração do campo.

O artigo de Isabelle Danic estabelece as bases conceptuais para o esclarecimento da expressão “cultura infantil”. Com larga utilização nos estudos antropológicos e sociológicos da infância, o conceito de “cultura infantil” (por vezes declinado no plural, como alguns autores preferem, para significar as diferenças introduzidas pela diversidade das condições da infância) remete para o conjunto de saberes e comportamentos produzidos pelas crianças e distintos dos adultos. A autora evoca o carácter dinâmico desses saberes e comportamentos, refere a sua filiação social e esclarece a diversidade em que elas se exprimem. A autora coloca as culturas infantis nas relações de pares, remetendo para a tradição teórica que ancora nos estudos de W. Corsaro (1997).

O artigo de Margarida Rosa Ramos Ferreira analisa um dos eixos ou dos pilares das referidas culturas infantis: a transposição imaginária do real. Num texto que se constrói a partir da tessitura interdisciplinar de contributos sociológicos, antropológicos e psicológicos, a autora apresenta resultados de uma investigação empírica com crianças que “têm” amigos imaginários, com quem estabelecem interações e elaboram narrativas, funcionais para os seus desejos de confraternização e/ou auto-defesa. A abordagem dos amigos imaginários como artefacto cultural esclarece a sua



funcionalidade e erradica qualquer pretensão de redução do imaginário infantil a uma qualquer forma de patologia.

É no entretecer entre o vivido e o imaginário que as sagas dos meninos em situação de rua, no contexto de uma cidade de média dimensão, é perseguido no artigo de Sara Grund de Oliveira. O que este artigo acrescenta, nesta visita aos lugares das culturas da infância e à análise das realidades infantis sob o foco dos Estudos da Criança, é a condição social das crianças, onde têm lugar modos de exclusão que são geridos pelas crianças através de formas sempre investidas de saberes e competências gerados na relação de pares.

A investigadora brasileira Ana Coll Delgado, por seu turno, apresenta uma investigação em curso, onde são relevados os modos específicos como as crianças interpretam e agem no contexto das festas comemorativas de iniciativa popular. Encontramos aqui uma outra vertente dos estudos em curso, aquela que estabelece os cruzamentos entre formas culturais societárias e as culturas infantis, pondo o acento tónico nas dimensões interpretativas destas últimas.

No último artigo do dossiê, Ofélia Libório e Helena Luís apresentam resultados de uma investigação-acção-formação realizada com jovens educadores de infância em fase final de formação e seus supervisores sobre o desenvolvimento de atitudes e competências democráticas no jardim de infância. O estudo é relevante por mostrar como as mudanças na concepção de criança (de ser passivo, “educável”, a actor social co-implicado na prática institucional) são fundamentais na inovação das práticas educativas (de centradas no educador para o envolvimento activo da criança como co-decisor), promovendo-se, deste modo, e precocemente, comportamentos participativos verdadeiramente radicados numa socialização democrática.

Este último artigo é relevante para a compreensão das articulações entre os Estudos da Criança e as Ciências da Educação. Durante muito (certamente demasiado) tempo, as Ciências da Educação expulsaram as crianças do seu campo de análise, para se ocuparem exclusivamente dos alunos. Tudo o que dizia respeito às crianças foi deixado ao cuidado da Psicologia do Desenvolvimento, de que se aproveitou, sobretudo, uma concepção mecanicista e teleológica de “estágios de desenvolvimento”, mais ou menos preditores de possibilidades e condições de aprendizagem. Porém, a realidade das crianças, com as suas condições sociais de vida, as suas formas culturais próprias, os seus desejos, emoções, aspirações e práticas, não deixou nunca de estar presente na escola, mesmo se invisibilizada pelo



seu estatuto institucional.

A “invenção do aluno” (Gimeno Sacristán, 2003), deixou à porta da escola a criança autêntica, na sua alteridade e diversidade. Mas nunca essa criança deixou de franquear as portas da instituição, instaurando o insuspeito e o inesperado na prática escolar que o despojara do ser. Ora, os Estudos da Criança que, não por acaso, se desenvolveram primordialmente, na sua fase inicial, em investigações centradas noutros contextos que não a escola (nos hospitais e enfermarias pediátricas, nas ruas e nos espaços urbanos, no trabalho e no consumo, frente à televisão ou perante os produtos da indústria cultural para crianças, nos ATL e nas práticas lúdicas, etc.) não podem senão ter fortes consequências na análise das práticas sociais das crianças em contexto escolar.

Ao perspectivar a escola e as práticas educativas a partir dos pressupostos dos Estudos da Criança, somos convidados à reflexão sobre o sentido das práticas educativas, priorizando a condição da criança sobre o estatuto social do aluno, as aprendizagens sobre as práticas de ensino e a acção dos alunos sobre as práticas institucionais. Esta mudança de perspectiva terá certamente consequências sobre o modo de olhar, agora diferenciadamente, aquilo que sempre constitui o objecto das Ciências da Educação: o processo de ensino-aprendizagem, as instituições escolares e as políticas educativas.

Este contributo dos Estudos da Criança, atrevemo-nos a antever, será crucial para o futuro das políticas, das práticas e da pesquisa em educação.

Referências Bibliográficas

- Corsaro, W. A. (1997). *The sociology of childhood*. Thousand Oaks: Pine Forge Press.
- Gimeno-Sacristán, J. (2003). *El alumno como invención*. Madrid. Morata.
- James, A. & James, A. (2008). *Key concepts in childhood studies*. London: Sage Publications Ltd.
- Kehily, M. J. (2004). *An introduction to childhood studies*. Maidenhead: Open University Press.
- Prout, A. (2005). *The future of childhood*. London. Routledge Falmer
- Sarmiento, Manuel Jacinto e Gouvêa, Cristina (org.) (2008). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Wyse, D. (ed.) (2004). *Childhood studies. An introduction*. Malden: Blackwell Publ.